

O ★ PROLETÁRIO



"Organizar e resistir nas empresas e locais de trabalho – combater a ofensiva e alcançar direitos"

» pág. 1

"Trabalho com direitos – conquista de Abril"

» pág. 3

"Construir a Alternativa com a Luta de quem trabalha"

» pág. 9

"Mais Precariedade = Mais exploração!"

» pág. 11

“Organizar e resistir nas empresas e locais de trabalho - combater a ofensiva e alcançar direitos”

Os jovens trabalhadores estão mais conscientes da degradação das condições de vida e da destruição de direitos que o Capital, amplamente apoiado pelo governo, nos quer impor. Hoje é mais difícil esconder, não apenas o facto de vivermos pior, mas também o descontentamento e os passos atrás com que nos confrontamos no que diz respeito a conquistas fundamentais nos direitos laborais e sociais. São comuns, nos últimos tempos, as reportagens e testemunhos sobre a condição dos jovens no mundo do trabalho, incidindo, quase sempre sobre a gravidade dos números do desemprego (mais de 42% segundo os dados oficiais), sobre a desvalorização das qualificações, da experiência e formação, sobre a emigração forçada... A exposição das dificuldades dos jovens, apresentados como vítimas da situação, sem grandes possibilidades de defesa, é acompanhada da ideia, sempre presente, de um processo pelo qual é inevitável passar.

Em nenhum destes retratos sobre a vida dos jovens trabalhadores, que sendo bem reais, nunca demonstram a profundidade do retrocesso social, se fala dos milhares de trabalhadores que se organizam e lutam, nos seus sindicatos de classe, para, batalhando por vitórias bem concretas, acabarem com a política de destruição dos seus direitos no mundo do trabalho.

No início deste ano, na empresa Kemet, em Évora os trabalhadores contestaram o despedimento colectivo, conseguindo ilegalizá-lo e, desta forma, impedir que fossem para a rua mais trabalhadores numa região afectada pelo desemprego entre os jovens e pela emigração à força. Os jovens enfermeiros, organizados no SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), com um trabalho planificado e dirigido de combate à precariedade, têm, por todo o país, denunciado inúmeros casos de enfermeiros que são necessários todos os dias nos serviços e que estão contratados por empresas de trabalho temporário. A abertura de mais vagas para enfermeiros só foi conseguida pela sua acção de resistência sem tréguas e, embora, ainda não sejam suficientes, já ultrapassam um milhar em todo o país. Também na Bosch, em Braga, no Jumbo, em Almada, em diversas lojas de centros comerciais por todo o país, em Call-Centers onde estão empregados muitos trabalhadores jovens, a transformação de contratos precários em vínculos efectivos, depois de muita resistência, denúncia e acção sindical, são uma prova de que a Precariedade se combate no local de trabalho, onde a luta de classes se desenvolve.



É importante que, como jovens comunistas, falemos destas batalhas, que se travam em condições de grande precariedade, com uma violência repressiva dentro das empresas e serviços como já não víamos há muito.

Estar informado para esclarecer e para apontar exemplos concretos das vitórias que se alcançam com a luta organizada é essencial para respostas prontas e para combater a ofensiva do “não vale a pena”.

Os documentos que fazemos e distribuimos, as notas de imprensa, os emails que trocamos e as redes sociais, que permitem uma rápida difusão dos textos e das imagens, são elementos fundamentais para um trabalho de esclarecimento de valorização da luta organizada.

organiza-te



Em ano de comemoração do centenário de Álvaro Cunhal, a mensagem do Partido sobre a importância da Luta Organizada que encontramos nas palavras de “Rumo à Vitória”, continuam a fazer todo o sentido:



“(…) o trabalho de organização oferece numerosas dificuldades. Exige grande tenacidade, paciência, método e imaginação. Exige que se saiba dar apreço aos pequenos êxitos, pois muitas vezes é necessário caminhar passo a passo. Exige a um tempo prudência e audácia. Disciplina e iniciativa. (...) Sem organização podem «fazer-se coisas». Mas não se podem lançar grandes lutas, dar-lhes continuidade, elevá-las a um nível superior. A agitação pode por as massas em movimento, mas não pode manter com elas o contacto, encabeçá-las, dirigi-las, orientá-las ante as surpresas que a cada passo surgem.” Álvaro Cunhal

O envolvimento activo dos jovens Comunistas nos seus sindicatos de classe, a sindicalização dos colegas de trabalho e a coragem para resistir na difícil situação em que nos encontramos, é o único caminho para obtermos vitórias. É sindicalizando e participando no Movimento sindical de classe que enriquecemos a discussão nos sindicatos, reforçamos e contribuimos para a actualidade que tem o projecto sindical da CGTP-IN.

Qualquer que seja a situação no seu local de trabalho, o objectivo dos jovens comunistas deve centrar-se na resistência e na exigência de melhores condições de vida e de trabalho. O combate à repressão, ao receio do desemprego, à ameaça constante sobre os trabalhadores, é a tarefa diária que hoje nos espera nos nossos locais de trabalho. Por mais duro, demorado e difícil que seja, sabemos que só com o reforço da luta organizada poderemos desenvolver este combate. É preciso levar e distribuir a informação sindical que é feita, envolver os colegas na eleição de delegados e dirigentes sindicais, colocar, sem receio, a necessidade de organizar, denunciar os problemas e exigir a sua resolução. Numa situação grave de desemprego, precariedade e destruição dos nossos direitos, lutar, sob todas as condições é a única solução.

É necessário lançar o apelo para que todos apoiem a Greve Geral marcada para o dia 27 de Junho, para que todos os que estão a trabalhar parem nesse dia, a uma grande unidade de todos os trabalhadores, qualquer que seja o seu vínculo ou a sua situação na empresa. A greve geral que estamos a construir, tal como as manifestações de massas que juntaram milhares de pessoas em Lisboa e um pouco por todo o país, é um passo fundamental na luta por uma política alternativa, contra a destruição dos nossos direitos.



27 de junho

“Trabalho com direitos - conquista de Abril”

O problema do desemprego não diz só respeito aos trabalhadores desempregados, diz respeito a todos os trabalhadores visto que todos são visados, e sofrem com este instrumento do Capital para reduzir salários e direitos e para criar mais pobreza na classe trabalhadora. O desemprego, ao contrário do que nos repetem todos os dias na Comunicação Social dominante, não é fruto da “falta de confiança” nos mercados ou da “falta da sua regulação”.

O desemprego é fruto da actual crise sistémica do próprio Capitalismo que na sua natureza predadora, visa a obtenção do lucro máximo não olhando a meios para atingir esse objectivo.

É a contradição entre uma pequena minoria, que cada vez concentra mais riqueza, e a grande maioria dos trabalhadores e da população em geral, que tem cada vez menos, que nos leva à situação actual.

Assistimos a uma vergonhosa realidade, a maioria da população tem cada vez menos poder de compra, logo inúmeras fábricas e empresas fecham, levando assim cada vez mais trabalhadores para o desemprego. Por outro lado, estes trabalhadores deixando de produzir, ou seja, de criar riqueza, aumentam a negativa espiral recessiva, fazendo com que mais e mais fabricas e empresas fechem, trazendo mais desemprego...

O desemprego é, o flagelo social que afecta de forma mais dura os trabalhadores, principalmente os mais jovens, tanto em Portugal como noutros países da União Europeia, apresentando-se como o mais visível dos resultados da aplicação das chamadas "medidas de austeridade, medidas criadas para servir o interesse do Capital, aumentando e intensificando a exploração de toda uma nova geração de trabalhadores, precarizando as suas condições de vida e de trabalho, fazendo-nos alternar entre desemprego, emprego sem condições nem estabilidade, sub-emprego e desvalorização salarial"

A verdade é que o desemprego beneficia uma parte muito reduzida da sociedade. **Quem são os beneficiários?**

» Naturalmente o Grande Capital, é quem beneficia com o desemprego pois assim assegura, como disse Marx, um exército de reserva de trabalhadores. E quanto maior o número de desempregados mais facilmente lhes impõem os seus interesses nas relações de trabalho: salários baixos, carga de trabalho elevada, o mínimo de direitos a generalização da precariedade. Em suma, mais facilmente se aumenta o grau de exploração para todos trabalhadores visando o lucro do grande Capital.



Os trabalhadores desempregados, vêm-se privados da única forma de garantir a sua sobrevivência. Marx define os trabalhadores como aqueles que não têm outra forma de garantir a sua subsistência que não seja vendendo a sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. É isso que está em jogo na relação dos trabalhadores com o trabalho: a sua própria sobrevivência.

Outra vertente deste ataque do grande capital é a propagação da ideia que os desempregados que usufruem do subsídio de desemprego beneficiariam de uma benesse concedida pelo Estado ou pelo patronato, ou que “são uns mandriões”, que “são o cancro da sociedade”, “querem estar em casa a receber sem trabalhar”, usando falácias, retóricas populistas e demagogia.

Esta linha de virar trabalhadores contra trabalhadores é usada há muitos séculos, e divide para reinar. O Capital sabe muito bem que é na unidade dos trabalhadores que reside a sua força. A proteção no desemprego é uma conquista e um direito dos trabalhadores, não têm de o agradecer a ninguém a não ser à sua histórica e justa luta.

A apresentação de estatísticas e taxas de desemprego, escondendo a real dimensão deste problema, contabilizadas, regularmente, com base naqueles que realizam a chamada “procura activa de emprego”, faz parte da linha de mentira dos governos comprometidos com o interesse do Grande Capital.

As estatísticas oficiais do desemprego apresentadas pelos governos (PS, PSD e CDS-PP) não incluem todos os desempregados. Por exemplo os trabalhadores que, no mês em que foi feito o inquérito ao desemprego não procuraram emprego, os chamados “inactivos disponíveis”, não são considerados oficialmente desempregados.

Também não são considerados desempregados aqueles que tenham feito um “biscate” de algumas horas durante o mês. Embora não tenham emprego, são considerados no chamado “subemprego visível”, e não fazem parte da taxa oficial de desemprego.

Segundo os últimos números de desemprego, apresentados recentemente pela Eurostat, o desemprego oficial atinge 945 mil trabalhadores, juntando-lhe os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível”, obtemos a taxa efectiva de desemprego, que hoje atinge, em Portugal, o número recorde de cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores, uma diferença de cerca de 500 mil trabalhadores entre o que é apresentado oficialmente e os números oficiais.

Esta prática tem sido comum pelos sucessivos Governos que promovem a Política de Direita, a tentativa de ocultarem os reais números do desemprego que hoje os afecta.

O desemprego além de afectar, directa e indirectamente, milhões de portugueses também acarreta elevados prejuízos para o país, demonstrando a incapacidade do Capitalismo para desenvolver a economia em beneficio dos trabalhadores e do povo. Se os desempregados estivessem a trabalhar, além de produzirem riqueza, receberiam salários, que serviriam para melhorar as suas condições de vida, para aumentar o consumo de bens, e para contribuir com impostos para o Estado, aumentando as receitas fiscais e contribuições para a Segurança Social, combatendo as despesas da Segurança Social, com o pagamento de subsídios de desemprego.

Com o 25 de Abril os trabalhadores portugueses conquistaram o direito ao trabalho e os seus direitos enquanto trabalhadores. A Constituição da República Portuguesa define como tarefa do Estado a promoção do pleno emprego. Quão longe deste objetivo, soberanamente determinado pelo povo, andaram os governos do PS, PSD e CDS desde 1976. É a mesma distância que as suas políticas têm para com os interesses dos trabalhadores.

O artigo 70.º da Constituição também determina que "Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social". Mas os sucessivos governos de direita têm provado que não se regem pela Constituição mas sim pelos interesses do grande capital.

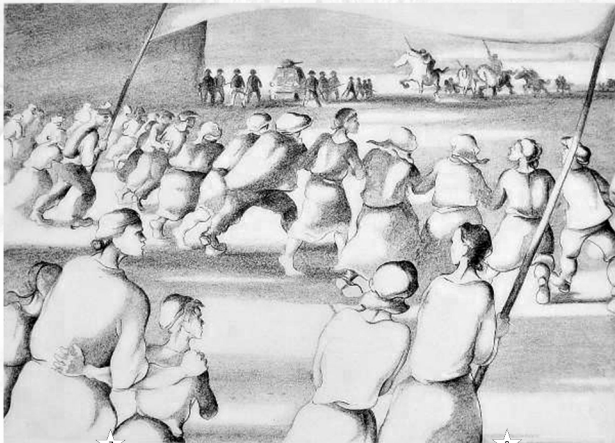
"O Partido Comunista Português, enquanto partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, defende a criação de condições políticas e económicas para o pleno emprego, através do desenvolvimento económico assente na valorização dos recursos naturais do país, da qualificação técnica e científica dos trabalhadores, na modernização da economia e aumento da produtividade, no planeamento descentralizado e na cooperação internacional efetiva e justa para os povos"

**(Programa do PCP, Uma Democracia Avançada
– Os valores de Abril no futuro de Portugal).**



Esta é a política que objetivamente interessa aos trabalhadores portugueses e, em especial, aos jovens trabalhadores.

"A alegria de viver e lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos" Alvaro Bunhal



A desmoralização dos trabalhadores e a hegemonia da ideologia capitalista são dois dos principais instrumentos utilizados pelo capital para enfraquecer a resistência e luta dos trabalhadores, perpetuando o seu domínio. Só o estudo crítico e a aplicação do método materialista e dialético na análise às causas do desemprego e às soluções que os interesses dos trabalhadores exigem, terá como consequência inevitável o crescimento e reforço do combate ao desemprego, derrotando as políticas promotoras do desemprego, a vitória de um projeto político que leve à efetivação do direito ao trabalho com direitos para todos.

» Construir a Alternativa com a Luta de quem trabalha:



Os sucessivos governos PS-PSD-CDS, num sério ajuste de contas com a Revolução do 25 de Abril, têm vindo a aplicar medidas que constituem um verdadeiro roubo aos trabalhadores, acentuadas nos últimos 2 anos, desde a assinatura do pacto de agressão

Sempre com desculpa de que é "inevitável a aplicação de mais medidas de austeridade", e focando o problema no défice público e na dívida pública, nunca fazendo referencia à dívida privada, em particular da banca, e às responsabilidades do sector financeiro nesta crise, deturpando o real problema do país.

O problema da dívida não são os gastos excessivos com as funções sociais do estado mas sim as políticas criminosas que são seguidas há mais de 30 anos, que se traduziram na desindustrialização do país, abandono do aparelho produtivo, submissão aos interesses da UE, adesão ao euro, etc.

O governo mantém intactos os cada vez mais avultados lucros dos grandes grupos económicos e financeiros, mas para o "Zé Povinho" há sempre mais das chamadas "medidas de austeridade", que na realidade não passam de concentração de riqueza para o grande capital, onde cada vez mais é imperativo uma alternativa política.

Uma alternativa que passa por uma política patriótica e de esquerda que rejeite o pacto de agressão, exigindo a imediata, renegociação da dívida nos seus prazos, juros e montantes e condições de pagamento e com redução do serviço da dívida para um nível compatível com o crescimento económico.

A aposta no nosso aparelho produtivo e na produção nacional, que tem um potencial bem maior do que o que o governo faz passar, é essencial para o apoio à economia.

Enquanto o nosso país não produzir riqueza o pagamento da dívida será impossível. Recuperar a nossa frota pesqueira, que possui umas das maiores áreas piscatórias da Europa. Recuperar a nossa agricultura que tem potencial para garantir 80% do nosso consumo agrícola. Recuperar a nossa indústria que, por exemplo, na indústria mineira tem uma riqueza equivalente ao valor de sete Produtos Internos Brutos (ou seja, de tudo o que se produz no nosso país).

Taxar os lucros milionários dos grandes grupos económicos bem como as grandes fortunas permitiria aliviar a brutal carga fiscal que cai sobre os trabalhadores e destrói a economia. Esta situação permitiria assegurar as funções sociais do estado e educação e saúde gratuitas.



O aumento do salário mínimo para 515 euros, imediatamente, não só constitui uma necessidade para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores assim como é fundamental para dinamizar a economia através do aumento do poder de compra dos mesmos.

O argumento de que não há dinheiro é falso e este aumento é possível visto que, actualmente, os gastos salariais de uma empresa são em média 14% do seu orçamento, sendo, no essencial, compostos pelos custos de produção (energia, portagens, etc.), o que estrangula as Pequenas e Médias empresas.

O aumento real dos salários, o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, em particular dos mais jovens, permitiria um desenvolvimento económico criador de mais poder de compra, de aumento e dinamização da procura interna, de possibilidade de manutenção e aumento de novos postos de trabalho.

Assumir o compromisso de uma política soberana que defenda os interesses nacionais em solidariedade com os povos dos outros países, diversificar as relações económicas e financeiras, e preparar o país para uma saída do euro, com as contrapartidas que esta saída implica.

A recuperação para o estado do sector financeiro e de outras empresas e sectores estratégicos para a nossa economia é essencial para a nossa independência e soberania, pois está comprovado pela prática que a privatização destes sectores só veio agravar a nossa situação económica quer pelo aumento dos preços, quer pela fuga de impostos e lucros para fora do país.

Esta é uma alternativa que só será possível com a luta dos trabalhadores e do povo, através exigência e efectivação de direitos, quer estes estejam ou não assegurados por lei. Luta essa que começa nos locais de trabalho, onde se desenvolve a luta de classes, e, mais directamente, a exploração de que são alvo aqueles que produzem.

Esta força transformadora da classe operária, da esperança num mundo mais justo e possível, é imprescindível para a conquista dos valores de Abril, da Democracia avançada, rumo ao Socialismo, alternativa que estamos a construir.



Está na hora de parar com este caminho de desastre e o próximo dia 27 de Junho, Greve Geral, será um dia de luta para derrotar este governo e as suas políticas assente nesta alternativa, por uma política patriótica e de esquerda.

////////////////////////////////////

Mais Precariedade = Mais exploração!

////////////////////////////////////

A Precariedade podia ser definida como trabalho sem protecção e ao sabor das vontades e interesses patronais. Acaba por ser isso, e muito mais. Quando no seu 1º Governo o PS / Mário Soares criou os contratos a prazo em 1976, sabia exactamente o que estava a fazer, estava a governar para o interesse de alguns, a facilitar, em nome da "modernidade" e do "avanço no mercado de trabalho" a vida aos patrões, dando a desculpa que seria necessário facilitar a contratação e os despedimentos para se criar mais emprego. São justificações de hoje para retirar direitos, roubar salários, cortar nos subsídios, desregulamentar horários, em suma aumentar a exploração a quem trabalha.

Mas nem a precariedade cria mais emprego, nem a facilitação dos despedimentos é a solução para os medos dos patrões em "contratar", e prova disso é o crescente desemprego que temos vindo a assistir.

Em 1975, um ano após a revolução de 25 de Abril, o desemprego atingia 138 mil pessoas, passados 4 anos do primeiro governo do PS / Mário Soares o desemprego já passava os 300 mil trabalhadores. Hoje, depois de demasiados governos do PS, PSD e do CDS-PP chegamos ao milhão e meio de trabalhadores desempregados (mais de 42% dos jovens até aos 35 anos estão desempregados).

A criação dos contratos a prazo foi assim porta aberta para a destruição da estabilidade laboral e do emprego e para o aumento da exploração, utilizaram-se dos contratos a termo, com a desculpa da criação de emprego começam os programas ocupacionais, chamados de POC's, os estágios, os programas de formação e até de aprendizagem em contexto de trabalho.

O voluntariado, a ocupação de tempos livres, o alargamento dos períodos experimentais são a regra, em vez de serem a excepção.

Facilitaram-se despedimentos colectivos, a contratação de trabalhadores com contratos temporários às empresas de mão-de-obra ou de recursos humanos como são pomposamente chamadas.

Liberalizaram-se os recibos verdes, o trabalho à peça, à tarefa, ao mês, à semana e ao dia. E assim, com o PS / Mário Soares a abrir a porta, e com o PSD e CDS-PP a "escancararem" cada vez mais, o patronato foi-se servindo de mão-de-obra sem estabilidade, desvalorizando o trabalho e reduzindo salários, havendo hoje, em Portugal, mais de 1 milhão e 200 mil trabalhadores, na sua maioria jovens, nesta situação.



A quem serve a Precariedade?

Um trabalhador com vínculo precário, que trabalha o mesmo, desempenha as mesmas funções e horas que um trabalhador com vínculo efectivo custa em média menos 40% ao patrão. Numa empresa como a PT, onde o uso e abuso de mão de trabalhadores subcontratados se faz sentir especialmente nos call-centers, um trabalhador ganha em média menos 100€, não tem qualquer vínculo à empresa.

Também o facto de nunca saberem se trabalham mais 1 mês ou 1 ano limita a organização da vida destes trabalhadores, todas as obrigações da empresa sobre os trabalhadores estão limitadas, promove o assédio sobre os trabalhadores sem sujar as mãos, como na Vodafone onde a empresa obriga a um código de vestuário, encarregando a empresa subcontratada a obrigar os trabalhadores a usá-lo.

As empresas de subcontratação por sua vez, recebem avultadas quantias de dinheiro e pagam a miséria que apetece aos trabalhadores. Assim o capital "mata dois coelhos de uma cajadada", paga menos e tem menos encargos, e tem sempre os trabalhadores controlados por via do chicote que é a precariedade.

A precariedade é mais que um ataque aos trabalhadores que estão nessa situação, é um ataque a todos os trabalhadores. Muitas vezes, utilizam-se números consideráveis de trabalhadores com vínculo precário para pôr em causa direitos e interesses dos trabalhadores, reprimindo-se aqueles que estão nesta situação e usando-os para substituir trabalhadores com vínculos efectivos, recorrendo-se ao receio de serem despedidos.

Quando não há resistência por parte de todos, acaba por ficar fragilizado todo o colectivo, dando azo ao patronato para não atender reivindicações, nomeadamente, em questões de direitos, horários e salários, intensificando a exploração. Quanto mais trabalhadores em situação precária estiverem a trabalhar numa determinada empresa ou local de trabalho, maior será a pressão para retirar direitos a todos, independentemente do seu vínculo.



A precariedade é assim uma prática para tentar travar a luta e organização dos trabalhadores, quebrando muitas vezes a unidade na acção.

A precariedade também tem sido usada e instrumentalizada por grupos que reclamam para si a luta contra a precariedade, com a falsa ideia de que a precariedade é um problema que só diz respeito aos trabalhadores nessa situação, e que nem os sindicatos são capazes de os defender.

A tentativa de organizar, fora do movimento sindical, aqueles que têm vínculos precários, colocando-lhes o rótulo de “precários”, destruindo a unidade necessária entre todos os trabalhadores para conquistar direitos, deu provas mais do que suficientes dos interesses de quem serve. É uma tentativa de afastar os jovens do Movimento Sindical de Classe, promovendo uma série de preconceitos acerca da acção e eficácia dos sindicatos, da luta organizada e contrariando, no essencial a perspectiva de confronto de classes a desenvolver, em primeiro plano nos locais de trabalho.



Estas linhas de divisão nos trabalhadores são profundamente nefastas para a luta contra a precariedade.

Os sindicatos são as organizações que estão em condições para dar resposta a este problema.

É com êxito que, em muitas empresas, por estarem organizados e sindicalizados, trabalhadores viram os seus contratos de trabalho passarem a efectivos.

Mas se há muito que nasceu a teoria que “mais vale ter um trabalho precário do que estar desempregado”, a verdade é que não passa de uma falácia, populista e demagoga. Nada justifica o desemprego nem a precariedade.

Durante muitos séculos, o trabalho foi precário, contudo com a luta dos trabalhadores foram-se conquistando direitos, e só com a luta vamos derrotar a precariedade e o desemprego, abrir caminho para a construção de uma democracia avançada assente nos Valores de Abril, rumo ao socialismo onde a questão dos direitos laborais é uma questão central.



**27 de
Junho**



A GREVE:

"- O que é que é essa palavra: la huelga? Vocês dizem antes a greve.

[...]

Manuel mostrou-lhe a sua mão aberta:

- Olha para este dedo como é magro, e este aqui muito fraco, e este outro, que não tem melhor aparência, e este infeliz, que também não é muito forte, e este último sozinho e entregue a si próprio.

Ele cerrou o punho:

- E agora, será suficientemente forte, suficientemente maciço, suficientemente unido?

Diremos que sim, não é verdade?

Pois bem, a greve é isto: um NÃO de mil vozes que fazem apenas uma, e que se abate sobre a mesa do patrão com o peso de um rochedo."

"Os Governadores do Orvalho" - Jacques Roumain

ADERE À JCP!



nome _____

tln. _____

empresa/loc. trab. _____

email _____

www.jcp-pt.org

envia para
mail@jcp-pt.org